

CONSTITUINTE

DEBATE

NOV. 80

36



Foto: André Bocato

A Comissão da Volks

*Pela Central Única • O Terror, Ontem e Hoje • Cristãos e Marxistas •
Natalidade Planejada • O Anti-Sovietismo • O Valor da Democracia •
Transformismo Democrático • O PCB e a Democracia*

APRESENTAÇÃO

A revista Debate tem se proposto a difundir as inquietações teórico-políticas dos marxistas. É a única publicação marxista brasileira que logrou atravessar os anos 70, aparecendo com regularidade e desenvolvendo um projeto editorial dirigido à árdua batalha de unir os comunistas.

A incipiência do debate político entre os marxistas foi o fato decisivo que levou, em fevereiro de 1970, um grupo de militantes a escolher este tipo de publicação, embora soubessem que teriam grandes dificuldades a enfrentar. Uma delas era a de combater o espírito de seita que dominava - e em grande parte ainda domina - o movimento comunista brasileiro. Justamente aqueles que mais deveriam combater o obscurantismo, o empirismo e o voluntarismo, são, muitas vezes, especialistas em reproduzir tais comportamentos em sua prática cotidiana.

Já que nos propusemos a vencer tais obstáculos, sempre procuramos encarar os problemas políticos imediatos dentro de uma perspectiva mais ampla, qual seja, a da procura dos caminhos que poderão levar à renovação do comunismo em nosso país. Nossa proposta só pode ser, portanto, a de abrir o debate trazendo artigos que enfoquem os mais diversos temas, mas que tenham sempre o objetivo de contribuir para a formação de um pensamento político colado em nossa realidade e capaz de propiciar uma prática marxista mais efetiva.

Neste número 36, abrimos duas grandes discussões de fundo que, até agora, não havíamos enfrentado. A primeira é a questão do relacionamento entre as duas principais correntes ideológicas presentes no movimento popular: os cristãos e os marxistas. Em seu artigo, Pedro Alves procura analisar os principais aspectos que diferenciam estas duas tendências, com o intuito de engendrar um diálogo que será bem profícuo se for assumido com mútua franqueza, lealdade e fraternidade.

Outra questão de fundo que continuava inédita nestas páginas refere-se à problemática do Internacionalismo. Fernando Andrade começa a tratá-la desmascarando, desde logo, essa chaga anti-soviética que vitima amplos setores progressistas em nosso país. Não se trata absolutamente de erigir em dogma a concepção soviética de organização da sociedade e do Estado socialistas, ou de qualificar com eufemismos os métodos administrativos e coercitivos empregados contra opositores políticos. A questão central a ser discutida refere-se aos critérios de apreciação do papel desempenhado pela União Soviética.

Os demais artigos dão continuidade a reflexões há muito desenvolvidas por Debate, como a que se refere à questão da Democracia, ou temas mais "conjunturais": Constituinte, escalada terrorista, comissões de empresa, movimento sindical e controle da natalidade.

PREMISSAS DA CONSTITUINTE

A Assembléia Nacional Constituinte soberana e livremente eleita vai se transformando, pouco a pouco, no mais importante objetivo político do movimento popular. Um número cada vez maior de representantes de movimentos sociais e de personalidades políticas percebe que a abertura que o regime conduz com mão de ferro, pouco tem a ver com a democracia que a sociedade brasileira deseja.

Apesar dos constantes progressos que têm sido realizados no sentido da unidade das forças democráticas, é preciso reconhecer que a luta pela Constituinte ainda não se transformou no centro de uma grande mobilização popular. O isolamento político crescente em que se encontra o regime não está sendo acompanhado por uma iniciativa política massiva e organizada por parte das forças populares. O grande problema enfrentado hoje pela oposição democrática reside justamente na contradição entre o caráter ofensivo e afirmativo da luta pela Constituinte - que coloca em questão a existência do regime, e propõe uma forma concreta de superá-lo - e o refluxo relativo em que ainda se encontra a ação política do movimento popular. É evidente que, por maior que seja a unidade que se consiga em torno desta bandeira, ela não passará de um sonho enquanto não for assumida pela luta organizada das massas populares.

Mas para que as massas se apoderem decisivamente desse objetivo político, também é necessário que os setores oposicionistas já organizados compreendam o seu significado e as condições em que a Constituinte poderá viabilizar-se.

Duas proposições equivocadas andam à volta dos setores mais politizados do movimento democrático. A primeira é a daqueles que dizem só aceitar uma Constituinte desde que certas aspirações populares obtenham de antemão a garantia de que serão acatadas pela maioria. É o que se subentende na idéia de "Constituinte Popular" defendida por algumas áreas esquerdistas. Determinadas transformações sócio-econômicas, como as nacionalizações ou a reforma agrária, são para eles "pré-requisitos" para sua convocação. A definição de objetivos econômicos e sociais como premissas da Constituinte acaba por ser uma limitação de sua soberania, por mais simpáticos que sejam estes objetivos. A Constituinte, desde que eleita de forma livre e na real perspectiva do exercício de sua soberania, refletirá a correlação de forças entre as diversas correntes de opinião existentes no país, seu enraizamento social e a capacidade que manifestaram em aglutinar as massas em torno de suas idéias e de suas organizações. Neste sentido, é fundamental que se faça a propaganda das nacionalizações democráticas, da reforma agrária, de todas as aspirações populares de cunho sócio-econômico, para que, como reflexo da adesão popular a estas idéias, a Constituinte possa contar com uma

bancada que imprima conteúdo político e social avançado à nova Constituição. Querer inverter o processo, e só lutar por uma Constituinte que garanta a priori os interesses populares, é uma postura, no mínimo, ingênua.

A esta primeira posição opõe-se outra, perfeitamente simétrica. Ela vem sendo defendida pelo "Coletivo" de comunistas que se exprime através do semanário Voz da Unidade. Sua tese é de que não tem a menor importância quem convocará eleições para a Constituinte. Segundo esse raciocínio, "uma Constituinte que pressuponha a mais ampla e livre participação popular representa em si mesma a derrota definitiva do atual regime ditatorial" (grifos nossos, Cf. VU, 19-25/9/80, p.5).

Muito bem. O que se conclui desta afirmação é que a Constituinte "com ampla e livre participação popular" é incompatível com o atual regime. Portanto, a menos que acreditem na hipótese de um suicídio - não pensamos ser esta a visão dos articulistas - eles terão de admitir que a viabilidade da Constituinte está diretamente ligada a uma ruptura no processo de "abertura controlada" em curso, cujo cerne é justamente o de evitá-la. Ou seja, admitirão que só se chegará a uma Constituinte com uma radical inversão da correlação de forças entre o movimento democrático e as forças continuistas.

Então perguntamos: se em seu avanço, o movimento de massas pode ganhar forças para impedir que os planos elitistas do governo tenham sucesso, e se essas forças podem ser suficientes para levá-lo a lançar mão de uma Constituinte como tentativa de salvação, porque seria tão abominável propugnar a formação de um governo provisório de ampla coalizão democrática, que tivesse justamente a missão de garantir a livre participação popular ?

A incoerência dos redatores de Voz da Unidade é manifesta. E ela revela a ilusão de que a Constituinte resultará de uma negociação entre o governo e a oposição, tendo em vista seus interesses comuns em "isolar o retrocesso". Mas, segundo os articulistas, dizer isto é repetir "uma velha, surrada e superficial crítica à linha política do PCB" (idem).

A bem da verdade, deveriam antes explicar qual é essa "política do PCB" à qual se referem no singular e procuram apresentar como uma constante. Afinal, não existe uma linha coerente a ser atacada ou defendida. Há bem pouco tempo, quando os "bastellistas" ganhavam terreno no interior das Forças Armadas e iniciavam sua política de "abertura", o PCB clamava pela formação de uma "Frente Patriótica Contra o Fascismo". Agora, quando se dispõe de algumas tênues e instáveis liberdades políticas, esse partido comporta um intenso processo de luta interna onde se defrontam duas ou três "linhas políticas" bem distintas. E pelo que se sabe, só um Congresso poderá definir "a linha política do PCB". Neste contexto, acusar a revista Debate de repetir surradas críticas à "Linha", é uma clara manifestação de baluartismo e um reflexo conhecido de intolerância.

O TERROR, ONTEM E HOJE

n. matos

É impossível compreender a recente onda de terror que se abateu sobre a sociedade brasileira sem examinar a fundo as contradições do próprio regime ditatorial. É este estudo que permitirá o entendimento do sentido dos atentados terroristas e, sobretudo, de sua relação com o terror de Estado a que foi submetido o país por sucessivos governos militares São duas, basicamente, as interpretações dominantes sobre a escalada terrorista. Por um lado, estão aqueles que localizam o quartel general do terror no próprio palácio do Planalto; os atentados seriam a forma de o regime garantir a abertura política, forçando, entretanto, o recuo e a intimidação das forças democráticas. Por outro lado, estão aqueles para os quais os atentados partem de forças estranhas organicamente e contrárias politicamente ao regime. O erro fundamental destas duas correntes de interpretação é um só: o de conceber a ditadura como um bloco monolítico e, portanto, não entender a luta entre as diversas facções que a compõem.

Um dos traços fundamentais do atual regime tem sido o enfrentamento permanente em seu interior entre liberais de direita e fascistas. Para os liberais, a ditadura é um regime de transição - portanto provisório - cuja função básica é criar as condições necessárias para que o poder político possa ser exercido diretamente pela burguesia monopolista e não pela intermediação da corporação militar. Para os fascistas, a ditadura seria uma necessidade permanente na guerra contra a "subversão", diante da qual as instituições democráticas e republicanas seriam impotentes. Se durante o governo Médici os fascistas dominaram de maneira nítida os principais postos do aparelho de Estado, o governo Geisel marca uma virada na situação. Como expressão dos interesses políticos dominantes no interior da própria burguesia monopolista, os liberais de direita ganharam cada vez mais força no aparato militar. O equilíbrio instável entre as duas correntes foi quebrado com os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho que motivaram o general Geisel, até então conciliante, a adotar medidas cirúrgicas contra os fascistas. A destituição do general Ednardo D'Ávila, comandante do II Exército e responsável pelo sangue que corria nos porões adjacentes ao seu quartel, abriu a via para o conflito aberto entre as duas facções do aparelho militar e do regime. Articulado aqui, conspirando ali, contando divisões por toda a parte, liberais de direita e fascistas correram contra o tempo, até o enfrentamento decisivo que culminou com a queda do então Ministro do Exército, general Sílvio Frota.

Enfrentamento decisivo porque nele se definia, em grande parte, o destino do país. Mas não definitivo, porque a vitória dos liberais de di-

reita não significou a eliminação total dos fascistas do interior do regime. Embora enfraquecidos, eles conservaram - e conservam - posições suficientemente importantes para influir de maneira sensível na evolução do próprio regime.

Ao fim da batalha político-militar não havia mortos, feridos ou prisioneiros. Tudo se reduzira a algumas exonerações e remanejamentos em postos-chaves do aparelho militar. Os órgãos de repressão que até então eram todo poderosos, agiam autonomamente, e não respeitavam as diretrizes governamentais, foram colocados sob o controle do poder central, mas não foram desmantelados. Os inúmeros casos de torturas e assassinatos sequer foram apurados. Os carrascos e torturadores responsáveis por tantos crimes não só escaparam da justiça e da punição merecida, como receberam uma anistia "preventiva" através da fórmula dos chamados "crimes correlatos", adicionada à anistia parcial que foi promulgada pelo governo Geisel.

São centenas e centenas de terroristas que torturaram e assassinaram, listados nominalmente pelos CBAs de vários Estados, que foram apenas remanejados de seus cargos e espalhados por todo o país, ficando impunes, à solta. Inúmeros são também os mandantes, mentores intelectuais e ideólogos que escaparam à justiça e permanecem em cargos-chaves do aparelho militar, nos governos estaduais, nas empresas estatais e demais instituições oficiais.

Duas táticas do fascismo

Na recente escalada terrorista é necessário distinguir duas maneiras diferentes de agir que correspondem, por sua vez, a protagonistas distintos. De um lado estão as ações de provocação policial, remanescentes do terror de Estado, praticadas por organismos "institucionais" como os DOIs, que continuam controlados por alguns chefes militares notoriamente fascistas, como o general Milton Tavares, comandante do II Exército. Por outro lado, estão as ações de caráter abertamente terrorista, como os incêndios sistemáticos de bancas de jornais e o envio de cartas-bomba, como as que vitimaram a secretária da OAB e o secretário do vereador Antônio Carlos do PMDB(RJ), cuja base operacional se encontra entre policiais, sargentos, tenentes, capitães e coronéis que, como se costuma dizer eufemisticamente, "sujaram as mãos" massacrando opositores e, como afirma o editorial do Relatório Reservado nº 722, "temem o desdobramento do processo de abertura que, após permitir levar o nome de muitos deles às páginas dos jornais, pode eventualmente acabar por conduzi-los ao banco dos réus".

Ambos os protagonistas do terror têm o mesmo objetivo: acabar com o processo de "abertura controlada" e barrar o caminho à oposição democrática. Os primeiros são mais sutis; agem como fizeram durante a recente greve dos metalúrgicos: homens à paisana praticando prisões ilegais e tentando provocar conflitos com os trabalhadores, afim de agravar uma si

tuação já dificilmente suportável pela ditadura. Tentam provocar a desordem e o caos, para em seguida aparecerem como os homens da "ordem", ou seja, do recuo político, do fim das instáveis liberdades conquistadas, da volta ao terrorismo de Estado. Os segundos "não são táticos" - para usar as palavras do general Milton Tavares que, em nenhum momento, condenou os objetivos dos terroristas, mas sim seus métodos de ação. Da mesma forma, o coronel Erasmo Dias não chamou os terroristas de anti-democratas, mas de..."burros".

A diferença de táticas entre os fascistas corresponde à diferentes posições ocupadas nos aparelhos policial e militar do regime. Os que estão em postos de comando possuem evidentemente menor "liberdade de ação", embora garantam por sua posição hierárquica uma influência importante nos rumos da política governamental. Os outros agem na clandestinidade, atingindo de maneira direta e intimidando pela violência. No entanto, por trás destas diferenças existe uma complementariedade entre esses dois grupos, não apenas quanto a seus objetivos políticos, mas também porque os comandantes fascistas são a principal garantia da impunidade dos terroristas.

O governo e o terror

Até a primeira vítima fatal, o governo podia dar-se ao luxo de fazer vista grossa à existência do terror fascista. Para o regime, era cômoda a situação em que uma parcela importante da oposição era de fato intimidada (os jornais da imprensa alternativa praticamente desapareceram das bancas) sem que se caracterizasse de maneira clara uma escalada terrorista. Todas as declarações oficiais vinham no sentido de minimizar o alcance e o sentido de cada ação, como se elas partissem de grupos isolados entre si e não estivessem interligadas por objetivos comuns, como se a ameaça terrorista não passasse de uma alucinação paranóica das forças democráticas.

Os atentados à OAB e à Câmara Municipal do Rio de Janeiro reverteram a situação. O terror transformou-se num tema político de repercussão nacional; o próprio general Figueiredo viu-se obrigado a condená-lo de maneira incisiva e a garantir à opinião pública que os assassinos seriam encontrados.

Até agora, entretanto, apesar dos organismos de informação do regime já conhecerem evidentemente quem são os terroristas, nada foi feito. E, ao que tudo indica, se depender do governo, estes crimes não serão punidos tão cedo. É que punir os terroristas significa necessariamente desequilibrar de forma perigosa para o regime a correlação de forças atualmente existente no aparelho militar entre liberais de direita e fascistas. A identificação dos terroristas atingiria de maneira direta não apenas as bases, mas o próprio prestígio dos fascistas no interior das FFAA. Se por um lado, os liberais de direita podem ter interesse numa tal operação de "limpeza" - em que suas bases sairiam fortalecidas - por outro

lado, ela apresenta riscos de dissensão na corporação militar que, na fase de transição em que se encontra, o regime não parece disposto a correr. Em sua última conferência na Escola Superior de Guerra, o general Golbery deixou bem claro que a coesão das Forças Armadas é uma das condições básicas para que o regime mantenha o controle da "abertura". Punir os terroristas - apesar das vantagens que os liberais de direita poderiam extrair - representa para o regime a séria ameaça de um confronto no interior da corporação militar. E os liberais de direita farão tudo o que estiver a seu alcance para - em nome da abertura - evitar este confronto. É isto que explica a dupla conduta do regime: ao mesmo tempo em que convidava, através do senador Sarney, a oposição a empunhar a bandeira da "união nacional" contra o terror, apressava-se em contemporarizar com os comandantes fascistas, garantindo a impunidade dos criminosos: logo após os atentados do Rio, o general Figueiredo foi ao encontro do comandante do II Exército, e tudo leva a crer que tenham chegado a um acordo segundo o qual o general Milton Tavares procuraria segurar seus cachorros, enquanto o governo, por seu lado, se comprometeria a não levar os criminosos ao banco dos réus. Com isso, o general Figueiredo consegue manter uma certa coesão entre as diversas correntes do regime, o que é absolutamente essencial para o seu próprio projeto de abertura.

A oposição e o terror

As investigações levadas adiante pelas forças democráticas, independentemente de qualquer órgão policial ou militar são da maior importância. A Comissão Especial de Inquérito (CEI) sobre os incidentes que o governo Maluf provocou na Freguesia do Ó, em São Paulo, a decisão do presidente da OAB, Seabra Fagundes, de não depender da polícia para investigar e esclarecer o atentado que vitimou a secretária da entidade, e a tentativa de formar uma CEI na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, são algumas iniciativas que mostram a disposição das forças democráticas de não se inclinar sob a ameaça terrorista.

Mas tudo isso de nada adiantará se não for acompanhado por uma mobilização popular que seja tão ampla quanto unitária. Quanto a este último aspecto, um importante passo foi dado imediatamente após os atentados, quando os atos públicos de repúdio ao terrorismo agregaram todas as forças oposicionistas e os principais representantes sindicais, religiosos, associacionistas, etc. O terrorismo acabou por acelerar aquilo que a oposição vinha buscando há meses, com pouco sucesso: uma clara manifestação de unidade das forças anti-ditatoriais. Embora unitárias, entretanto, as manifestações estiveram longe da amplitude que a ameaça terrorista exigia e exige. Não se pode falar, com toda a honestidade, que tenha havido uma verdadeira mobilização de massas contra o terror. É claro que nem as investigações que as forças democráticas forem capazes de levar adiante, nem a unidade que elas alcançarem na luta contra o terror serão capazes, por si só, de debelar as ameaças dos atentados.

A COMISSÃO DA VOLKS

a. silva

Era de se esperar maior sutileza no estratagema da diretoria da Volks. Sem a mínima consulta aos empregados de suas empresas, e numa operação publicitária de envergadura, o Sr. Sauer anunciou que doravante os trabalhadores terão um sistema de representação. Um conjunto de regras e atribuições foi, de repente, outorgado, e um processo eleitoral, rapidamente iniciado. A repartição da representação (7 horistas sindicalizados, 7 horistas não sindicalizados e 3 mensalistas), a exigência de um tempo mínimo de casa (5 anos) para os elegíveis, a possibilidade de cassação de mandato de quem "se aproveitar da posição que lhe foi confiada para fins diferentes dos previstos" são dispositivos que evidenciam o propósito da firma alemã em garantir a docilidade da futura "comissão de empresa".

Não poderia ser outra a denúncia das lideranças sindicais de São Bernardo. Ao recusar o "presente de grego" oferecido pela Volks, os dirigentes metalúrgicos cassados não só desfizeram o equívoco criado pela imprensa de grande circulação - segundo o qual a empresa concedera o delegado sindical - mas desmascararam a tentativa de formação de uma "comissão de colaboração", operação que visaria, em última instância, o enfraquecimento do Sindicato. Aproveitando-se da derrota imposta pela violência policial em sua última greve, e da intervenção arbitrária no Sindicato de S. Bernardo, a maior indústria automobilística do país pretende criar um pequeno sindicato doméstico, evitando, ao mesmo tempo, qualquer discussão democrática entre os principais interessados.

No entanto, além da contestação e do alerta lançado pela deposta diretoria do Sindicato, era necessário dar uma orientação prática que não partisse de reações imediatistas, e que levasse em consideração o nível de consciência dos operários de todas as oficinas dessa empresa. Não foi esta a atitude de Lula. Deixou-se levar pela emoção quando declarou que "todo metalúrgico que participar dessa comissão será considerado traidor da categoria". E foi seguido pelos setores mais avançados que estiveram presentes nas Assembléias realizadas no Largo da Matriz, dias 19 e 20 de setembro. Aprovou-se aí o "boicote às eleições".

A revolta dos operários impediu uma reflexão fria diante do fato consumado. O boicote a um processo eleitoral só pode ser eficaz quando existem condições para se pôr em prática uma forma superior de representação. Ele só deve ser usado quando a eleição aparece como uma maneira de desviar a luta de massas por objetivos mais avançados. E, nesses casos, a idéia do boicote vem sempre acompanhada de uma alternativa prática,

palpável, a ser levada adiante pelo próprio movimento dos trabalhadores

No caso da Volks, seria necessário que o coletivo dos operários estivesse em condições de viabilizar uma verdadeira Comissão de Empresa. Não sendo assim, tendo-se em conta as dificuldades enfrentadas atualmente pelo movimento operário, a conduta mais apropriada é a de disputar o espaço aberto pela "operação Sauer" virando o feitiço contra o feiticeiro, isto é, transformando a comissão num instrumento de luta e não de colaboração.

O segundo fator que pesa contra a idéia do boicote é a possibilidade objetiva dos operários menos conscientes, menos identificados como Sindicato, aceitarem a proposta patronal. É, aliás, o que está acontecendo tanto em Taubaté como na sede da empresa. Por mais que se possa criticar a atitude dos candidatos que já surgiram, não se trata de colocá-los todos na lista dos "traidores".

Mas o argumento decisivo ultrapassa estes aspectos "táticos". Uma análise histórica das experiências de organização de autênticas comissões de fábrica mostra que muitas vezes elas nasceram de organismos que, originalmente, haviam sido criados pelos patrões para encaminhar questões bem mais restritas. Existem mesmo vários casos recentes, como o da Rádio Frigor. O primeiro esboço de comissão foi proposto em 1977 pelo Departamento de Relações Industriais da empresa, e, nessa proposta, seria o próprio departamento que indicaria os membros da comissão. Foram os operários que impediram o processo autocrático e viraram pelo avesso o projeto patronal.

Com isto não se está querendo dizer que as comissões de fábrica sempre surgem a partir das iniciativas patronais, posteriormente utilizadas pelos operários mais conscientes. Ao contrário, também há muitos exemplos de comissões e delegados eleitos de forma totalmente independente. E, em momentos de grande ascenso do movimento operário, essa via passa a ser a mais frequente. O que importa é entender que essas formas de representação nas empresas constituem um fenômeno multiforme que não exclui algumas determinações unificadoras. Entre os fatores que estão na origem das comissões de fábrica é preciso considerar as condições concretas no interior das fábricas, em cada oficina. Existe sempre, de forma latente, a vontade de autodeterminação das próprias condições de trabalho, a vontade de participar da organização do processo produtivo. E o desenvolvimento tecnológico aumenta a necessidade objetiva de representantes de setores bem delimitados, designados a partir da solidariedade de interesses específicos desta ou daquela função produtiva.

Atento a este processo objetivo, o patronato procura estabelecer de antemão as regras do jogo, aproveitando-se das dificuldades que encontra o sindicalismo em dar respostas a essas questões mais específicas de cada fábrica. Estes aspectos do problema podem ser, aliás, constatados em todos os países industrializados. As "soluções" é que são as mais dis-

pares: é muito diferente a natureza da chamada "co-gestão" alemã e, por exemplo, o movimento de delegados operários da Itália. Mas mesmo neste último país, é sabido que grande parte dessas representações surgiram a partir da experiência acumulada nas "Commissione Interna" que são organismos oficiais de representação nas fábricas e foram criados pelos capitalistas na esperança de que permanecessem comissões de "colaboração" ou de "cooperação". (Como a da Saad-Scania, diga-se de passagem). Já em 1919-20, em Turim, foi a partir dessas "Commissione Interna" que se criaram os Conselhos de Fábrica. Num artigo pouco conhecido, Gramsci relata as origens do movimento conselhistas e mostra o quanto foi importante visualizar essas "C.I." como um "germe do soviets". Os comunistas do Ordine Nuovo tiveram a grande sensibilidade de se perguntar "por que ainda não haviam tentado uma aproximação e uma troca de experiências entre essas "C.I.". E, com o avanço das lutas operárias, foi delas que brotaram os Conselhos. (Cf. "Il Programma Dell'Ordine Nuovo", ON nºs 12 e 14).

O recurso a situações passadas e de outros países não se faz aqui com o intuito de extrapolar mecanicamente experiências de outros contextos históricos e nacionais. Cabe, no entanto, a seguinte interrogação: o Conselho é uma forma de organização que contém elementos universais, ou ele abrange, sob denominações análogas (Conselho/Comissão/Soviet), formas de organização absolutamente distintas umas das outras, particulares às várias situações concretas? E é aqui que a reflexão teórica mostra a sua importância. Afinal, todas as grandes batalhas da classe operária exigiram sempre formas de organização no interior das fábricas, (e em zonas de habitação) com características e atribuições bem diferentes das do Sindicato, mas em nada incompatíveis.

Quando se procura analisar as bases materiais objetivas das diferentes formas de organização aparece logo uma distinção fundamental: "a que opõe os sindicatos enquanto instituições formadas pela associação voluntária dos trabalhadores empenhados na defesa de seus interesses econômicos, e o coletivo de produtores objetivamente constituído pelo conjunto dos trabalhadores de uma fábrica ou empresa. A interdependência técnica, decorrente da divisão extrema do trabalho na grande indústria, faz do conjunto dos trabalhadores um organismo coletivo de produção, um trabalhador coletivo. Considerada em sua significação histórica mais profunda, a comissão de fábrica tende a representar esse coletivo. Ela é a negação historicamente determinada da organização capitalista da produção. Sua vocação histórica é a de substituir o capitalista, que encarna a separação entre os produtores e os meios de produção, pelo coletivo dos trabalhadores, que encarna a unidade entre os produtores e os meios de produção." (Estes aspectos, bem como a relação entre a Comissão e o Sindicato foram devidamente tratados por F. Andrade no nº 34 de Debate, no artigo: "As Comissões de Empresa").

Não é porque as "comissões" não apresentam hoje este significado profundo, que se pode ignorar o potencial que representam. É participando das "comissões" possíveis, agora, que se criarão as bases dos futuros Conselhos. capazes de desempenhar essa missão histórica.

PELA CENTRAL UNICA

m.reis

A liberdade sindical é o principal objetivo do movimento operário e de trabalhadores rurais na luta contra o regime. A plena liberdade de organização para a luta reivindicatória e a completa separação entre o Estado e as estruturas do movimento sindical, não são mais idéias restritas a círculos políticos limitados, mas uma aspiração à qual adere hoje a maioria dos sindicalistas. A noção de liberdade sindical populariza-se cada vez mais e tende a tornar-se uma importante força de mobilização, na medida em que é compreendida e incorporada pelas massas trabalhadoras.

A atual estrutura sindical fascista possui quatro características básicas: (a) o sindicato é concebido legalmente como um órgão de colaboração entre as classes e com o Estado; (b) o sindicato é corporativo, não sendo permitida a união entre categorias profissionais diferentes; (c) o sindicato é organicamente dependente do Estado, que controla sua vida interior e suas finanças; e (d) o sindicato é único: cada categoria, em cada local, só pode ter um sindicato.

Quanto aos três primeiros pontos, não há dúvida: somente os policiais e os desmobilizadores ativos, infiltrados no movimento sindical é que os defendem abertamente. O essencial da discussão a respeito da construção de uma estrutura sindical democrática no País gira em torno do quarto ponto: o fim da ditadura deve representar também o fim da unicidade sindical? Lutar contra a estrutura sindical fascista significa lutar pela pluralidade sindical? A formação de uma central única dos trabalhadores é desejável? Se desejável, ela é possível? A existência de correntes políticas tão diferentes no interior do movimento de massas não é por si só um obstáculo à formação de uma unidade sindical democrática e representativa?

Os setores que se opõem à formação de uma central única dos trabalhadores são francamente minoritários no interior do movimento operário, e praticamente inexistentes dentro do movimento sindical de trabalhadores rurais. Mesmo entre os sindicalistas que participaram dos ENTOES (Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical) estaduais e nacional, a maioria é favorável à formação de uma Central Única dos Trabalhadores. No fundo, foi a seguinte separação que transformou a reunião nacional do ENTOES, realizada no Rio de Janeiro em setembro último, numa verdadeira briga de foice no escuro: a maioria dos presentes opôs-se frontalmente à idéia da delegação paulista, de transformar essa articulação numa entidade permanente. Por trás desta proposta existia

claramente o desejo de se constituir um movimento alternativo à Unidade Sindical. E por trás desse desejo, o repúdio à própria idéia de central única dos trabalhadores. Portanto, um primeiro dado positivo a ser registrado é que mesmo entre as correntes que não participam da US, a idéia da central única dos trabalhadores conta com apoio majoritário. Vejamos, então, quais são os argumentos daqueles que se opõem à formação de uma central única.

Primeiramente, é preciso salientar que ninguém fala abertamente contra a idéia de central única. Mesmo aquelas posições cuja principal consequência prática é a divisão do movimento sindical, apresentam-se sempre em nome da unidade. Um exemplo agudo deste procedimento é dado por Armando Boito Jr. e Décio Saes, num artigo publicado no jornal Movimento de nº 271: "A unidade sindical que interessa ao proletariado é aquela que se estabelece sob a direção de uma linha política proletária revolucionária". Isto significa que, se por uma triste eventualidade, existirem no movimento sindical setores que não queiram se colocar sob a direção daquilo que os autores entendem por uma "linha política proletária revolucionária", de duas uma: ou estes setores destoantes da "linha justa" abandonam a unidade sindical, ou serão (em nome da unidade, é evidente) por ela abandonados. O traço mais característico do voluntarismo de esquerda é seu profundo desprezo pela democracia. Boito & Saes criticam a "estrutura sindical unitária do Estado" pelo fato dela "unir as diversas classes trabalhadoras em torno do interesse político da burguesia", mas - à maneira do menino que só entra no jogo quando é o dono da bola - só concebem a unidade se os revolucionários estiverem na direção. Caso isso não ocorra, a unidade não interessa ao proletariado.

Segundo os dois especialistas citados, existe uma ligação imediata entre linha política e conduta sindical: "diferentes concepções políticas geram diferentes linhas de ação sindical: em função dessas concepções, varia a definição do conteúdo das reivindicações, do ritmo do movimento reivindicativo, etc." Ou seja, enquanto existirem concepções políticas distintas no movimento operário, este não poderá unificar-se do ponto de vista sindical. Na raiz dessa concepção divisionista existe, no fundo, a assimilação de duas esferas distintas (embora relacionadas, é claro) das lutas sociais: a esfera política e a esfera sindical.

A unidade sindical dos trabalhadores não consiste simplesmente num desejo desta ou daquela corrente do movimento sindical. Ela se determina antes de tudo pelo fato da força de trabalho se transformar, na sociedade capitalista, cada vez mais numa mercadoria. Os proletários se identificam socialmente enquanto vendedores desta mercadoria, e é em função desta identidade social que se estabelece o interesse comum, objetivo (isto é, independente da consciência política, religiosa, filosófica) de seu agrupamento, para que ela seja valorizada no mercado. Mas não é apenas o proletariado que é explorado pela classe capitalista: os camponeses, os artesãos, em suma, todos aqueles que vivem de seu trabalho são, de uma forma ou de outra, explorados.

O raciocínio de Boito & Saes é viciado por se construir fundamentalmente em torno da subjetividade das categorias sociais, isto é, de sua combatividade, de sua direção política, de sua linha política, de sua adesão à "luta revolucionária pelo socialismo". A questão da unidade do movimento sindical é colocada pelos autores, não a partir dos interesses econômicos dos trabalhadores, mas sim das diferentes condutas sindicais existentes no interior do movimento. Evidentemente, do ponto de partida depende o ponto de chegada: partindo-se da subjetividade dos movimentos sociais, de sua consciência e de seu comportamento político, é evidente que se chegará à lamentável conclusão de que sua unidade é muito improvável, senão impossível. É que quando se parte da subjetividade dos movimentos sociais, não se está mais falando de movimento sindical e sim de movimentos políticos, religiosos, filosóficos, cuja unificação, aí sim, dependerá de inúmeras outras determinações.

A verdadeira unidade sindical é a unidade real, a unidade possível, e não a unidade "revolucionária", pois esta só unifica hoje aqueles que já estão unificados numa outra esfera, a esfera política. Isto é o que demonstra a história do movimento operário internacional e os sucessivos fiascos das inúmeras experiências tentadas pelos comunistas (inclusive no Brasil) em torno dos sindicatos "vermelhos" ou "revolucionários". Eles nada mais eram do que a extensão sindical do partido. Apesar das declarações de boa intenção, no fundo, é este modelo sindical do qual se aproximam muitos adeptos da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Para eles, a democracia não passa de uma palavra oca.

A unidade real, aquela que se fundamenta no fato objetivo de os trabalhadores terem interesses econômicos e sociais comuns (em que pese suas diferenças políticas) não apaga, é claro, a existência de correntes políticas no movimento sindical. Uma unidade de fato será a expressão, a síntese do comportamento do conjunto destas correntes. Evidentemente, esta síntese não se estabelece por média aritmética simples, mas por uma luta no interior do movimento sindical. O resultado desta luta será a tradução daquilo que o movimento sindical é na realidade, isto é, do conjunto das forças que o compõem. Não se chega a unidade alguma postulando de antemão o caráter da direção que esta unidade deve ter. Isso é querer unidade da boca para fora; a unidade com os iguais e não com os diferentes. O princípio básico da unidade sindical é a aceitação democrática da diversidade. Nela devem entrar todas as correntes, e não só as "combativas", as "autênticas", as "não pelegas", as "socialistas", e assim por diante.

Mas esta visão do problema não implicaria, na prática, em condenar o movimento sindical a ser apenas aquilo que ele é hoje? Ao aceitar a unidade com os setores não combativos, não se estaria consolidando e endossando a própria existência destes setores?

Foi este tipo de questão que motivou a participação de um bom número de sindicalistas das reuniões do ENTOES: não pretendiam transformá-lo numa

ponta de lança contra a unidade sindical e a idéia da central única dos trabalhadores. A nosso ver, o ENTOES foi devorado por dois fatores básicos: de um lado pela insistência de sua maioria em apoiar e fortalecer a Oposição Metalúrgica paulistana, cujo sectarismo e fracionismo, hoje, estão mais claros do que nunca. Mas, por outro lado, há uma ambigüidade básica na própria proposta de ENTOES. Contrapor-se à estrutura sindical atual, realizando na prática a unidade sindical proibida pelas leis que a regem, é hoje uma tarefa básica de qualquer sindicalista que pretenda contribuir na luta pela liberdade e independência do sindicalismo. Por que unir, então, somente os autênticos em torno desse objetivo? Se o objetivo era chamar apenas os chamados autênticos, para com eles formar uma unidade sindical "combativa", então a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo foi coerente e conseqüente em propor que essa articulação, denominada até agora ENTOES, se transformasse efetivamente numa nova entidade. Se o objetivo era promover a articulação entre todos aqueles que são contra a estrutura sindical fascista, por que não realizar esta tarefa através do já existente movimento pela Unidade Sindical que, com qualidades e defeitos (com os quais não compactuamos, Cf. os artigos de Antonio Carvalho e Romão Batista nos nºs 34 e 35) é uma forma ampla de trabalho intersindical? A ambigüidade do ENTOES reside no fato de que ele pretendeu ser mais que um encontro de estudos, mas sem definir exatamente o quê.

Esta ambigüidade se enraiza na própria idéia de realizar um encontro entre direções "combativas". Uma coisa é unir um conjunto de sindicalistas em torno de um programa claramente definido, e evidentemente na base deste programa estar a liberdade sindical. Outra, totalmente diferente, é articular as direções combativas e avançadas do movimento sindical. Se esta articulação se fundamentar sobre o comportamento, a conduta sindical de cada participante, é evidente que a margem para as apreciações subjetivas será enorme. Estas articulações intersindicais só podem ter uma base estável e contribuir para a unidade, não apenas das direções, mas do movimento como um todo, se elas se fizerem em torno de um programa, e não da seleção entre "pelegos" e "não pelegos". A preocupação de elevar o nível de combatividade do movimento sindical é justa. Mas não é afastando as direções atrasadas, ou mesmo pelegas, das articulações intersindicais (e muito menos pela formação de uma central sindical auto-intitulada "autêntica") que se atingirá este objetivo, e sim através de um trabalho de massa em cada local, em cada sindicato. O resultado deste trabalho de massa será, ou a mudança na conduta sindical dos dirigentes, (é o que se tem constatado de maneira massiva nos últimos tempos) ou a substituição das direções comprometidas com o regime e os patrões (o que também tem ocorrido numa escala apreciável).

Em poucas palavras, trata-se de entender que de nada adianta o empenho e a obstinação de alguns em "separar o joio do trigo" a nível das direções. Uma concepção realmente democrática de construção da unidade do movimento sindical consiste em agrupar aquilo que o movimento sindical é, e não o que ele deveria ser.

NATALIDADE PLANEJADA

m. ribeiro

A questão do controle da natalidade é motivo de viva polêmica entre as forças democráticas. Ela é vista frequentemente como mais uma "manobra do imperialismo ianque", a própria democratização das pílulas não passando de uma macabra operação das multinacionais farmacêuticas. Para os companheiros que assim pensam, o problema das famílias numerosas e desnutridas só pode ser resolvido através da melhoria dos salários e das condições de vida. Ignoram as possibilidades de melhorias parciais, ao prender-se somente à solução de fundo.

Do nosso ponto de vista, este tipo de posição acaba por escamotear aqui lo que o impressionante número de abortos clandestinos (2,8 por minuto no Brasil) esclarece de maneira inequívoca: aqui e agora as mulheres recusam as gestações sucessivas e anseiam por limitá-las. Deixa também de considerar o problema do que fazer, enquanto as condições sócio-econômicas permanecerem tais quais as conhecemos.

Historicamente, a divisão sexual de tarefas e papéis, com a desigualdade de condições que ela engendra, prende-se, em última análise, à função de reprodutora da mulher. Enquanto a reprodução da espécie foi um fenômeno "natural" e incontrolável, as mulheres foram reduzidas ao papel de mãe e esposa, o que, na prática, significou, entre outras coisas, renunciar ao desenvolvimento de sua sexualidade, em razão direta da impossibilidade de decidir livremente se teriam ou não filhos.

Sob este prisma, e no plano individual, a descoberta e divulgação dos anticoncepcionais significou uma revolução de alcance decisivo para a emancipação sexual das mulheres: tornou possível separar a sexualidade da reprodução, a gravidez não mais sendo interiorizada como a sanção da falta cometida, nem a vocação única e última, mas uma opção entre outras. Os anticoncepcionais criaram as bases para que as mulheres pudessem deixar de ser vítimas de um processo biológico, cujo controle lhes escapava.

Se esta afirmação é correta, as mulheres são as primeiras interessadas em tudo o que diga respeito ao controle da natalidade. Do seu ponto de vista, uma discussão democrática sobre o planejamento familiar deveria passar, antes de mais nada, pela afirmação de seu direito elementar de dispor do próprio corpo para ter ou não filhos.

Outro aspecto da questão, é que a pílula, por assim dizer, é o veículo que permite a intervenção do Estado no controle da natalidade; os en -

traves a seu consumo correspondendo à opção por uma política natalista, e vice-versa. Que o Estado intervenha não é, em si, negativo. Pelo contrário. A realidade é que as mulheres abastadas e cultas têm o número de filhos que desejam ter, enquanto a massa das mulheres das classes trabalhadoras não podem fazer o mesmo, ou porque não sabem como, ou porque não dispõem dos recursos financeiros necessários. A estas tem restado o recurso extremo ao aborto clandestino, realizado em condições subumanas, e responsável por elevado número de mortes.

O direito de planejar a família deve, portanto, ser estendido a todas as mulheres, através da democratização do conhecimento sobre os métodos anticoncepcionais, do acesso gratuito a eles e da garantia de controle médico periódico pois, como se sabe, todos apresentam certas contra-indicações individuais a serem analisadas, caso por caso. Tarefa de tal porte só pode ser enfrentada pelo Estado, e é desejável que ele a enfrente.

O problema que se coloca a este nível é que, de modo geral, as políticas de controle da natalidade nos países capitalistas entram em choque com o interesse da população e das mulheres, em particular. Primeiramente, são programas que partem da idéia falsa de que a diminuição dos nascimentos resolverá o problema econômico, como se os milhões de crianças pobres e marginalizadas fossem responsáveis pelo desemprego, baixos salários, inflação, fome, etc. Em segundo lugar, são extremamente covardes, pois destinando-se prioritariamente às camadas pobres da população - cujo nível cultural não permite sequer saber a que tipo de prática estão sendo submetidas - apelam invariavelmente para a esterilização consciente ou inconsciente.

Os planos do governo

O que importa discutir e elucidar é justamente o caráter do pseudo planejamento familiar que o governo pretende iniciar, ou já terá iniciado, pois os dados da questão são confusos, contraditórios ou falsos. Não é, portanto, de se estranhar a desconfiança geral que o programa provocou.

A posição do Brasil na Conferência Mundial de População, realizada em 1974, em Bucarest, foi a de rechaçar interferências externas, de caráter oficial ou privado, em sua política demográfica, garantir à famílias a decisão sobre o número de filhos, sem interferência do Estado, mas colocar à sua disposição as informações e meios necessários a impedir a concepção não desejada. Sobre as informações, nunca se ouviu falar, entretanto...

Em 1965 foi criada a BENFAM, com o objetivo de "promover a limitação da natalidade, para responder ao grave problema médico e social representado pelo aborto provocado". Na CPI criada em 1966 para investigar denúncia de que a BENFAM estaria esterilizando mulheres na rodovia Belém-Brasília, o deputado Mário Covas afirmou que "com certeza três mil mu

lheres haviam sido esterilizadas na região onde começa a Transamazônica". A CPI não conseguiu, no entanto, provar se houve ou não esterilização.

Considerada de utilidade pública, por decreto de Médici, a BENFAM filiou-se, em 1967, à Federação Internacional de Planejamento Familiar, organismo interessado em controlar a natalidade nos países subdesenvolvidos. Essa instituição financia entidades como a BENFAM com recursos repassados de agências internacionais e fundações como a Rockefeller e a Ford.

Mais recentemente, uma matéria da Folha de São Paulo, de 15/7/79, apresenta a denúncia de um dos participantes do Seminário Interno do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) sobre o controle da natalidade. Segundo esta fonte, a política demográfica brasileira está sendo ditada por organismos internacionais, e que o Secretário do Planejamento de São Paulo, Rubens Vaz da Costa revelou que para conseguir um financiamento do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) para a instalação de 300 postos de saúde em São Paulo, o governo teve que acatar suas diretrizes de controle da natalidade, ou seja, distribuição de pílulas anticoncepcionais. No mesmo sentido, matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo de 8/7/79, denuncia que mais de cinco milhões de dólares provenientes de diversas organizações estrangeiras, foram investidos no país entre 1969/1977, sem nenhuma supervisão do governo brasileiro, para beneficiar programas direta ou indiretamente ligados ao controle da natalidade, especialmente os executados pela BENFAM.

Embora a participação explícita do Estado no planejamento familiar só date de 1977, quando Geisel aprova um programa de prevenção da gravidez de alto risco, o fato é que o governo vem permitindo a atuação da BENFAM desde 1965, apesar de todas as denúncias que pesam contra esta entidade, e apesar de existir um setor governamental favorável ao aumento da população por razões de "ocupação do território necessária à segurança nacional".

Entre as declarações neo-malthusianas de alguns membros do governo e o desejo expresso pelo Sindicato dos Médicos de São Paulo, que se manifestou favorável a um planejamento "que não signifique apenas o controle de nascimentos, mas dê condições de vida às famílias que queiram ter e educar filhos", criando as bases materiais para que estas possam partir para o planejamento familiar (Folha de São Paulo, 24/6/80), resta o campo aberto às experiências demográficas da mais que suspeita BENFAM, com o espectro da esterilização a rondar a periferia das cidades.

O mesmo espírito da declaração acima vem animando os setores progressistas da sociedade, como a Associação dos Médicos Sanitaristas, a Associação dos Sociólogos, parte esclarecida da Igreja Católica, os diversos grupos feministas, no sentido de exigir que o debate seja aber-

to, com uma consulta organizada à população e aos técnicos mais vinculados ao assunto, como condição de poder ser implantado entre nós um programa de planejamento familiar que seja baseado em procedimentos educativos e persuasivos, por parte do governo.

Um programa democrático de planejamento familiar só corresponderá às necessidades das famílias, só será eficaz, se escapar à restrição compulsória dos nascimentos, através da esterilização ou distribuição indiscriminada de pílulas ou dispositivos intra-uterinos sem controle médico. Nesse sentido, é um dever fundamental a denúncia da política lesiva aos interesses nacionais, que as multinacionais desenvolvem no Brasil, através da nefasta BENFAM.

Para que um planejamento familiar democrático possa ser aplicado, é necessário que as forças progressistas lutem pela aprovação de um programa de educação sexual nas escolas, que informe sobre o funcionamento do corpo masculino e feminino e sobre o processo de reprodução. Que lutem para que a rede oficial de hospitais, ambulatórios e postos de saúde seja ampliada e assuma um programa coerente de informação e orientação sobre o controle da natalidade, fornecendo, gratuitamente, o anticoncepcional adequado a cada mulher, ou, em caso de contra-indicação, explicando como funcionam os métodos naturais, e a assista periodicamente. Além disso, é necessário lutar para que o aborto seja legalizado, podendo ser executado em hospitais, com garantia de segurança para as mulheres.

É, então, fundamental o esforço coletivo que se inicia entre as forças democráticas para que surja uma alternativa aos planos governamentais. É necessário que o movimento popular elabore um projeto claro e preciso, que se contraponha às ofensivas anti-natalistas, sem cair no infantilismo de só contestar. E este é, sobretudo, um desafio aos grupos feministas que se propõem a subsidiar o movimento das mulheres, bem como aos departamentos femininos que estão surgindo nos sindicatos e nos partidos oposicionistas. Mas a elaboração dessa proposta alternativa não será possível sem uma imensa ampliação do debate sobre o ter ou não filhos, e sem que se consiga, pelo menos, neutralizar a influência dos preconceitos religiosos.

Por outro lado, é importante assinalar o quanto esta questão está ligada à luta imediata pela derrubada da ditadura. Qualquer reivindicação séria no terreno do planejamento familiar esbarra necessariamente no bloqueio existente ao exercício dos mais elementares direitos da cidadania.

O direito de dispor do próprio corpo constitui há muito tempo uma das grandes bandeiras do feminismo. A maternidade é um dos problemas que mais toca a grande maioria das mulheres. E o governo parece estar querendo intensificar a ação da BENFAM. É hora de agir unitariamente e atrair a massa das mulheres para uma campanha em favor do planejamento familiar democrático.

CRISTÃOS E MARXISTAS

p. alves

Existe hoje no Brasil um movimento de massas guiado pela idéia da necessidade da transformação social em direção à igualdade entre os homens, que tem na fé cristã o seu núcleo central de articulação, e na estrutura da Igreja Católica, o seu principal eixo de organização. A Igreja adquire, assim, muitas das características de um verdadeiro partido político. Ela se transformou num centro coletivo de idéias e de orientação para importantes setores do movimento popular. Na medida em que sua doutrina social adquire uma expressão ampla através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ela tende a dirigir (isto é, a fornecer os critérios essenciais para a atividade prática) a ação política e sindical de seus fiéis. A Igreja não se limita a popularizar o seu projeto histórico e escatológico. Pronuncia-se (não tanto em documentos oficiais, mas sobretudo através de seus intelectuais e dos líderes populares a ela ligados) sobre a tática de luta contra o regime, sobre as atividades sindicais, sobre a forma de conduzir uma greve, etc.

Nesta medida, os principais pontos de atrito existentes entre a Igreja e as demais organizações existentes no interior do movimento popular, não se situam tanto no terreno filosófico (crentes x não crentes), mas sobretudo no campo político prático. E, a nosso ver, é antes de tudo em torno destas questões que devem girar as discussões entre cristãos progressistas e marxistas. Assim, os pontos de vista que serão expostos neste artigo devem ser entendidos como expressão fraternal da luta ideológica no interior do campo popular. Acreditamos que esta luta é uma das condições para que se aprofunde a unidade de ação entre cristãos e marxistas - respeitada, é claro, a identidade e as convicções filosóficas de cada uma dessas correntes.

A Caminhada da Libertação

O ponto de vista do cristianismo progressista a respeito das relações entre os intelectuais e o povo pode ser resumido à idéia de que a experiência prática das massas nas suas lutas de classe é capaz de gerar por si só a consciência, as condições subjetivas necessárias a um processo de transformações sociais profundas. Esta consciência não é trazida de fora. Ela está embutida no povo e se revela em suas manifestações coletivas, tanto nas suas lutas, quanto nos seus próprios ritos. A ação política consiste sobretudo, no esforço de interligar as diversas ações de massa existentes. Os intelectuais (sejam eles padres, militantes políticos ou sindicais) não dirigem as lutas do povo, mas, ao contrário, têm a sua atividade dirigida pelas necessidades imediatas da po

pulação à qual estão ligados. Os intelectuais (e, com eles, a produção intelectual e o próprio pensamento científico) têm uma existência passiva, receptiva. O militante não intervém, não dirige, ele coordena e interliga; ele não ensina, mas aprende; sua virtude maior está na arte de ouvir e não de falar. Em função disso, ele deve se misturar com o povo, adotar seus hábitos de vida, abandonar o carro, já que "o carro não é apenas um meio de transporte, é sinal de divisão da sociedade. O povo se divide entre os que possuem um carro particular e os que não o possuem". É deplorável, inclusive, que, na adoração deste fútil consumismo, "capitalismo e socialismo se unam para proclamar o bem estar como valor su premo da vida". (Cf. Eduardo Hoornaert - "Comunidades de Base: Dez Anos de Experiência", in Igreja, Povo que se Liberta, SEDOC, jan. fev. 1979, p. 732)

Ao contrário do marxismo, para o qual o processo revolucionário resulta da fusão de dois elementos contraditórios - o movimento socialista e o movimento de massas, para usar a clássica expressão de Engels - os cristãos de esquerda vêm a revolução como uma obra espontânea do povo, produto necessário, não de sua consciência individual, é claro, mas de seu próprio movimento social coletivo. A consciência e a organização revolucionárias decorrem das lutas populares, tanto quanto estas decorrem imediatamente das injustiças sociais. O processo revolucionário está em curso e pode ser lido no combate cotidiano dos oprimidos. A consciência é um dado tão objetivo quanto a própria luta: "Existe um processo de libertação levada a efeito pelas classes subalternas. Esta libertação é econômica, política, social e pedagógica. O povo pobre se organiza, faz frente às estratégias de dominação das classes hegemônicas, consegue fortificar seu poder..." Neste processo, "se verificam lutas por uma formação social mais simétrica e justa". (Leonardo e Clodovis Boff - Da Libertação - O Teológico das Libertações Socio-Históricas - Ed. Vozes, RJ pp. 47-48) O socialismo, a vida comunitária entre os homens, é um dado inscrito na consciência coletiva dos pobres. Trata-se, no limite, de revelá-lo, mas nunca de trazê-lo de fora: "A ação que a nossa classe exerce diante da classe popular é uma ação repressiva, manipuladora e redutora. Trata-se, pois, antes de tudo, não tanto de conscientizar, mas de fortalecer o dinamismo da união popular". (Hoornaert, op. cit. pp. 724-5)

Esta objetividade do processo revolucionário se traduz na própria existência das CEBs. Elas são a materialização orgânica da consciência que nasce das lutas populares: "as comunidades eclesiais de base não "caíram das nuvens" mas reassumem uma antiga tradição, um ethos profundamente enraizado no povo, um modo de se articular que existe por todo o canto. Qual o lugar que não tenha a sua associação de bairro..." ? (ídem p. 719) Como consciência imediata - na medida em que a consciência do povo em luta é imediatamente política - as CEBs são organizações que nascem da atividade espontânea do próprio povo: "É talvez a primeira vez na história que o povo se dá um enquadramento consistente, sem ser dirigido de cima ou de fora, ou ainda de modo intermitente, regional ou socialmente limitado". (Clodovis Boff - "A Influência Política das Comunidades de Base", in Igreja, Povo que se Liberta, p. 806)

É a própria tradição cristã existente no País que explica a forma religiosa que a consciência política das massas assume: "no nível do povo que constitui as CEBs, a religião e a política se mantêm inicialmente numa indistinção original. Não se pode falar propriamente aqui de uma fusão. Fundir que com que ? O que acontece de fato é que a fé do povo recebe um desdobramento político a partir de dentro. A política não se acrescenta a fé: decorre dela".(idem p.802)

Ou seja, na sua relação com as massas, a Igreja faz o possível para "dissolver-se" no povo. Tudo se passa como se o lado ativo de sua intervenção se manifestasse apenas no terreno teológico: "a real novidade da teologia da libertação consiste na elaboração de um discurso rigoroso acerca do teológico presente nas libertações sócio-econômicas". A função básica dos intelectuais cristãos seria a de impedir que o processo de "libertação sócio-histórico" ofuscasse sua perspectiva escatológica.

Passividade ?

Todo o problema desta concepção reside, não no seu lado ativo, isto é, no seu aspecto teológico, mas, ao contrário, no seu lado pretensamente passivo, ou seja, na idéia de que as bases devem ter a palavra e os intelectuais os ouvidos. Não se trata aqui, evidentemente, de mostrar as discrepâncias dessas concepções da esquerda cristã com relação ao ponto de vista marxista. É mais do que conhecida a atividade teórico-política dos grandes pensadores marxistas - notadamente Lênin e Gramsci. - onde a crítica ao espontaneísmo, ao rebaixamento do papel dos intelectuais, do partido político junto às massas. O que importa é apontar as principais consequências políticas da ideologia dos cristãos progressistas.

A concepção de intervenção política da esquerda cristã (passiva, receptiva) faz com que ela não compreenda o papel ativo, e até certo ponto dirigente, que ela mesma exerce sobre importantes setores do movimento de massas. A própria concepção das CEBs não nasceu espontaneamente do povo. Ela foi o fruto de uma fértil elaboração de teólogos progressistas (como Gustavo Gutierrez) que cada vez mais influem sobre o próprio ensino católico oficial. A Universidade de Lovaina, na Bélgica, e outras menos conhecidas, como a do México, desempenharam, neste sentido, um papel importantíssimo. Esta produção intelectual dos cristãos foi ao encontro do povo e transformou, em grande parte, as suas convicções espontâneas. Os intelectuais cristãos desempenharam um papel ativo, do ponto de vista político, sindical e teológico. Não é à toa que vários cantos religiosos falam na "nova Igreja", na "Igreja de agora". Houve não apenas uma mudança, mas uma ruptura com o passado, não em função da afluência de um povo organizado, unido, e revolucionário, às fileiras da Igreja conservadora, mas, ao contrário, em função do papel ativo, agregador, que a Igreja exerceu junto ao povo. Esta atividade não se manifesta apenas no terreno teológico, mas em todas as esferas da ação so

cial. A atividade política e sindical das massas, em particular, é fortemente influenciada pelos intelectuais cristãos, mesmo quando eles proclamam, em nome de Cristo, que nada fazem além de ouvir o povo. Um grupo de intelectuais profissionais, ligados por um pensamento mais ou menos homogêneo e atuando no interior de uma organização altamente centralizada e organicamente enraizada no povo, como é a Igreja Católica, desempenha um papel determinante na própria consciência das massas.

O que caracteriza os intelectuais cristãos neste plano é a sua virtuosa paciência de ouvir e aprender com o povo, ou sua rejeição e inconsciência do papel politicamente dirigente que desempenham em seu trabalho pastoral? Aquilo que os marxistas encaram como uma contradição objetiva do processo revolucionário - a diferença entre o mundo cultural e político das massas em luta e aquele que, no contacto com elas, o intelectual, o partido, querem construir - os cristãos vivem como um pecado a ser redimido.

Ao rejeitar o papel ativo que, politicamente, desempenham junto ao povo, os intelectuais cristãos revestem com uma auréola de infalibilidade a sua própria orientação política. Na medida em que aquilo que levam "de fora" às massas (isto é, a partir de uma instituição específica, guiada por doutrina própria) lhes parece uma expressão imediata do pensamento das próprias massas, suas posições político-sindicais tornam-se indiscutíveis, convertem-se na própria "vox populi". Como se o povo em questão, ao falar, não estivesse exprimindo o próprio contacto intelectual que mantém com a esquerda cristã. O risco prático desta postura é uma desconfiança de tudo o que não vem das "bases", isto é, de toda proposta política que não saia diretamente dos grupos de base da Igreja. As propostas não são examinadas em função de sua justeza, de sua capacidade de fazer avançar a luta popular, mas em função de sua origem. O importante não é o que elas dizem, mas de onde vêm.

"Ao dirigir-se à base, na linha de uma proposta libertadora, o educador deveria despir-se, o quanto possível, da carga que traz de seu meio de origem e de seu processo de formação (grifos meus, P.A.). Isso não se obtém por mera intenção, mas por uma efetiva revolução cultural, através de uma prática pela qual o educador se deixa reeducar pelos educandos. Antes de falar, ouve; antes de ensinar, aprende; antes de explicar, pergunta; antes de formular, pratica; antes de querer conduzir, deixa-se conduzir". (Frei Betto - "A educação nas Classes Populares", in Igreja, Povo que se Liberta, p.787) O agente de pastoral deve ser uma emanção natural do povo e negar a sua função de representante de uma instituição determinada, de membro de um corpo de ativistas profissionais ligados entre si por um conjunto mais ou menos coerente de idéias. Mas é evidente que esta negação não elimina o papel ativo que ele objetivamente exerce junto às massas. E aqui reside o ponto crucial: cristãos e marxistas se dão conta da distância cultural, e em muitos casos social, que os separa das massas. Para os cristãos, eliminar esta distância consiste em fazer o possível para não macular a consciên-

cia objetivamente revolucionária do povo. Nesta medida, para o cristão, a própria atividade prática das massas fornece os critérios básicos para uma boa orientação política e sindical. Se a consciência das massas é objetivamente revolucionária, é claro que elas sempre estarão no caminho certo. Os dois elementos contraditórios que, segundo o marxismo, compõem o processo revolucionário, encontram-se fundidos na consciência do povo em luta. Portanto, o intelectual só pode desempenhar um papel passivo e secundário.

"Instrumental de Análise"

Para os marxistas, não existem grandes propostas políticas que nascem espontaneamente do povo em luta. Os interesses dos trabalhadores de uma região, num determinado momento, podem chocar-se com os interesses da classe no seu conjunto. Entre camponeses e assalariados rurais, por exemplo, existe unidade, mas também interesses contraditórios. Além disso, as grandes aspirações políticas das massas não se manifestam necessariamente em seu combate cotidiano por melhores condições de vida. Para o marxismo, o aprendizado com as lutas de massa não é suficiente para a boa orientação política. A política é uma atividade eminentemente sintética, ela não é a simples soma das reivindicações localizadas e parciais, mas o produto de uma elaboração feita a partir dessas lutas. O que distingue o marxismo de todas as outras correntes socialistas (inclusive do socialismo cristão) é justamente o esforço de fundamentar sobre uma base científica (não empírica, não imediatista) a sua atividade política. A idéia genérica de libertação, da luta por uma sociedade igualitária, o marxismo opõe palavras de ordem feitas a partir de uma "análise concreta da situação concreta". A ligação com as massas é uma condição necessária, mas não suficiente, para a atividade revolucionária. O marxismo, ao contrário do que crêem os cristãos de esquerda, não é apenas um "instrumental de análise". Ele é um corpo coerente de idéias, de conhecimentos, através do qual os militantes que a ele se filiam pretendem justamente cometer o pecado que os cristãos condenam: transformar a consciência do povo, dirigí-lo a um objetivo político que está fora de sua consciência imediata, e organizá-lo na luta por esse fim. É essa a essência do marxismo revolucionário, do leninismo, da política concebida como uma atividade organizada que é rejeitada pelos cristãos de esquerda como sinônimo de autoritarismo e dirigismo. É evidente que este grande ideal pressupõe não só o contacto com as massas, mas a formação de um corpo, de um destacamento composto fundamentalmente por homens e mulheres do povo, e que tenha nesta doutrina o seu "guia de ação". Este destacamento liga-se ao povo, mas não se dissolve, não se confunde com ele porque não renuncia ao papel ativo em função do qual se formou.

São estas as grandes questões que dividem hoje as duas grandes correntes do movimento popular. Sua superação só pode passar pela prática, é claro. Mas ela supõe também o contacto permanente e a discussão organizada. As divergências atuais não impedem a ampliação do debate.

O ANTI-SOVIETISMO

f. andrade

Tem sido uma atitude constante de Debate a recusa em colaborar com tentativas de dividir ainda mais nosso já fragmentado movimento comunista, em função de questões politicamente não essenciais. Durante vários anos (1970-1977), incluímos as questões internacionais entre as questões politicamente não-essenciais para nós. Esta atitude justificava-se perfeitamente nas condições em que se desenvolveu nossa atuação nestes primeiros anos. Quando Debate foi lançado, no exílio, em fevereiro de 1970, os erros do processo de luta armada e a necessidade de, pela auto-crítica coletiva e sistemática, aprender com eles - isto é, com a análise de nossa experiência -, constituíam nossa preocupação central. Considerávamos, com razão, que tudo que nos desviasse, naquele momento, deste objetivo seria prova de inconsequência de nossa parte. De outro lado, parecia-nos que o trabalho de fôlego que pudéssemos empreender no exílio, ao nível da teoria, devia se concentrar na análise marxista do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, das lutas democráticas e das perspectivas do socialismo em nosso país. Foi nos concentrando nestes objetivos políticos e teóricos principais que, já no início de 1973, expunhamos, na primeira versão da Plataforma Pela União dos Comunistas, os fundamentos do programa marxista da revolução brasileira.

Considerávamos que ser internacionalista consiste sobretudo em contribuir para a revolução em seu próprio país e não embriagar-se com uma fraseologia oca em torno da "revolução mundial" que nunca se traduziu em nenhuma revolução concreta.

Tais foram, em resumo, os motivos de nosso alheamento às polêmicas em que outros se compraziam. Pensávamos, de resto, que o processo de reunificação dos comunistas nos levaria necessariamente a enfrentar a análise do campo socialista, do movimento comunista internacional e da luta anti-imperialista. Esta discussão, pensávamos travá-la com seriedade e rigor teórico e esperávamos de nossos interlocutores idêntica atitude.

No entanto, quando se examina, por exemplo, o tratamento dado pela imprensa democrática às questões internacionais, é forçoso constatar que, com raríssimas exceções, impera um confucionismo deletério. E nos casos onde aparece uma clara linha interpretativa, seu traço mais consistente é o anti-sovietismo. (Cf. identidade das páginas internacionais de Movimento e Em Tempo, malgrado suas grandes "diferenças ideológicas").

O que é o anti-sovietismo e quais são os critérios para apreciar o pa-

pel da União Soviética ? Antes de mais nada, cabe salientar que nunca erigimos em dogma a concepção soviética da organização da sociedade e do Estado socialista. Nas poucas vezes em que discutimos a questão do "stalinismo" (Cf. Debate nºs 7 a 11) não hesitamos em qualificar sem eufemismos os métodos terroristas institucionalizados por Stalin. São que nunca nos esquecemos de que foi sob a direção de Stalin que o Partido Comunista, o Exército Vermelho e o heróico povo soviético quebraram a máquina de guerra das feras hitlerianas e botaram pra correr a canalha fascista. (Que se compare este feito heróico com a debandada dos exércitos "democráticos" franceses e ingleses, para não falar da capitulação sem combate de países menores). Esse partido, esse exército e esse povo libertaram a humanidade da forma a mais criminosa, a mais abominável, a mais terrorista de contra-revolução capitalista em nossa época: o nazi-fascismo.

Tampouco ignoramos que não houve revolução em nossa época que não tivesse contado com o apoio da União Soviética. A solidariedade internacionalista, evidentemente, não funciona como um duelo de mocinhos e bandidos. Nem sempre é possível responder aos imperialistas como eles merecem. Cuba, a ilha heróica, não é obrigada até hoje a suportar a base americana de Guantânamo dentro de seu próprio território ?

O anti-sovietismo é antes de mais nada a atitude que consiste em julgar a política soviética de um ponto de vista pretensamente progressista, fazendo abstração da existência do imperialismo, do perigo de uma guerra nuclear, da necessidade de ao mesmo tempo lutar pela paz (após as duas grandes guerras provocadas pelo imperialismo) e de dispor de posição de força suficiente para dissuadir o inimigo.

Evidentemente, nos referimos aqui ao anti-sovietismo "de esquerda". A contra-revolução é por essência anti-soviética e embora conveniências táticas recíprocas (do pacto Molotov-Ribentrop às relações econômicas da URSS com o regime militar fascista do general Videla) possam conduzir a trêguas, de resto passageiras, atacar a União Soviética é o objetivo central, constante e obsessivo dos meios de comunicação do mundo capitalista.

Intoxicação

No Brasil, graças à desinformação criada por anos de terrorismo cultural, a grande burguesia reacionária abusa do quase monopólio de que dispõe sobre os meios de comunicação de massa para intoxicar a opinião pública com mentiras anti-soviéticas de uma grosseria tal que faltam qualificativos adequados. Por maiores que sejam os preconceitos do "anti-sovietismo de esquerda" era de se esperar que, fazendo jornalismo num país onde a contra-revolução é tão historicamente anti-soviética, e onde até pouco tempo atrás uma discussão pública minimamente objetiva sobre a URSS e o campo socialista era impossível, só havendo "liberdade" para atacá-los, Movimento e órgãos congêneres de menor importância ado-

tassem uma atitude mais responsável neste domínio, evitando fazer coro (ainda que com motivações políticas subjetivamente distintas) com o aparelho ideológico do grande capital.

Desde sua fundação, o jornal Movimento lançou-se numa campanha de baixo nível contra os comunistas portugueses e, sobretudo, nos momentos mais decisivos da guerra de libertação angolana, contra o MPLA, equiparando-o à FNLA e à UNITA, organizações financiadas respectivamente - como o próprio jornal reconhecerá mais tarde - pela CIA e pelo regime de "apartheid" dos racistas sul-africanos. Particularmente escandalosa, foi a matéria intitulada "Soviéticos em Angola: uma questão subjetiva?" na qual MPLA, FNLA e UNITA são chamados - com uma neutralidade admirável entre a revolução e a contra-revolução - de "três facções em luta". O articulista vai longe. A Organização da Unidade Africana (OUA), da qual fazem parte todos os Estados africanos independentes, inclusive os representantes dos regimes neo-coloniais, estava discutindo o caso angolano. Colunas de blindados da África do Sul, enquadrando elementos da UNITA, haviam atacado Luanda pelo sul e tropas do Zaire, enquadradas por mercenários portugueses, veteranos do fascismo e das guerras coloniais, avançando pelo norte, tinham chegado a apenas trinta quilômetros da capital angolana. Graças à brigada internacionalista cubana, apoiando os guerrilheiros do MPLA que simplesmente não sabiam como enfrentar blindados e aviação em combate frontal, a ofensiva dos negreiros modernos foi debelada. A batalha se transfere para o campo diplomático. Os governos pró-imperialistas da África, tentando recuperar na sala de conferências, graças às pressões do imperialismo francês e norte-americano, o que tinham perdido no campo de batalha, tiraram novamente do bolso do colete a fórmula do "governo tripartite" que consistiria em obrigar o MPLA, que tinha arcado sozinho com o peso da guerra de guerrilhas anti-colonial, a "governar" Angola junto com os contra-revolucionários da FNLA (de Holden Roberto) e da UNITA (de Jonas Savimbi). É exatamente neste momento que Movimento assume a tese pró-imperialista: "O mais lamentável", lamenta o articulista, "talvez venha a ser a tomada de posição da maior parte dos países membros da OUA ao lado do MPLA contra os dois outros movimentos de libertação (FNLA e UNITA) e o abandono da tese de criar um governo de coalizão em Angola" (Movimento, nº 27). A identificação entre o semanário e a contra-revolução africana é total. E que não se diga que se trata de um artigo isolado. Praticamente todos os números deste período (citemos entre outros os nºs 28 e 33) trazem sua dose de propaganda contra-revolucionária dirigida contra o MPLA. No nº 28 o jornal preconiza um governo de coalizão entre UNITA e MPLA (isto é, entre a contra-revolução e a revolução) após ter declarado, candidamente, que "para a maioria dos países a opção de qual lado apoiar não está clara". Na realidade, estava claríssima, a confusão residindo somente na cabeça do articulista. É de notar que, no caso, boa parte das matérias foram elaboradas pela redação de Movimento. Le Monde tem uma maneira muitomais inteligente e muito mais bem documentada de solapar a imagem dos movimentos revolucionários do terceiro mundo. Seu tom de neutralidade e uma indiscutível qualidade jornalística enganam

com mais eficácia o leitor bem intencionado, aflito com a fome no mundo, com os horrores de Pinóchet e Videla e com as perseguições impostas aos "dissidentes" na URSS.

A bem da objetividade, cabe assinalar que quase dois anos depois, o mesmo Movimento tentava pegar o bonde andando e se referia à ação de "bandos armados" que tentam ainda levar Angola para a órbita do neo-colonialismo, como é o caso da UNITA de Jonas Savimbi e da FNLA de Holden Roberto" (nº 129, de 19-12-77). Só que faltou ao semanário democrático a honestidade auto-crítica para apontar porque agora chamava de "bandos armados" aquilo que nos momentos mais agudos da luta designou como "movimentos de libertação" e equiparou ao MPLA, falando, como vimos, acima de "três facções em luta".

Numa outra questão, desta vez capital para o destino da revolução no Médio Oriente, como é a da libertação da Palestina, uma vez mais Movimento caiu no campo da contra-revolução. Com efeito, a 17 de novembro de 1977, o chefe de Estado egípcio Anouar Al-Sadate concluía a "paz em se parado" com o Estado racista de Israel, desferindo golpe terrível no povo palestino, expulso de sua terra pelo terror sionista. A opinião anti-imperialista internacional condenou, unânime, o conluio de Sadate com os carrascos do povo palestino, forçado, há mais de trinta anos, a viver sob o jugo da máquina repressiva israelense, ou então, engrossar os campos de refugiados no Líbano ou na Síria.

Ora, o nº 123 de Movimento consagrou uma matéria com um curioso título ("Levou e não pagou") a essa questão. Quem levou o que? E quem não pagou quem? Seguindo uma lógica da qual é muito difícil escapar, Sadate, antes de apunhalar a resistência palestina e a luta anti-imperialista do povo árabe, começou por romper a política de alianças instaurada por Nasser (que consistia em se apoiar na URSS para enfrentar o imperialismo norte-americano e o sionismo) para se jogar nos braços dos Estados Unidos. Com isso, esperava atrair uma chuva de dólares, além de obter de Washington uma cooperação em vista de arrancar de Israel algumas mínimas concessões que camuflassem a capitulação em marcha. Com efeito, Israel evacuou uma parte dos territórios egípcios, e os dólares afluíram, acompanhados de todo um dispositivo complexo de presença norte-americana no país. Em troca, o Egito expulsou de seu território as organizações patrióticas palestinas, consentindo tacitamente em que o povo palestino continuasse vivendo como pária em suas próprias terras, ocupadas por Israel.

Nada disso parece preocupar Movimento, para o qual o interessante é que o Egito, que devia "à URSS aproximadamente 4 bilhões de dólares, resultado de maciças importações de armamentos" não estava disposto a pagar a dívida. Daí o "levou e não pagou". Salta aos olhos que esta decisão de dar o cano nos soviéticos se explica pelo fato de que Sadate se acumpliciou com os EUA, o qual passaria a lhe fornecer armas destinadas à contra-revolução na região.

(continua)

O VALOR DA DEMOCRACIA

Em uma década de existência, a revista Debate foi frequentemente julgada da herege por boa parte dos comunistas brasileiros. Isto porque um dos pilares de seu trabalho crítico sempre esteve alicerçado na convicção de que a luta pela conquista da democracia é o eixo da luta pelo socialismo. A percepção esquemática e vulgar que muitos marxistas brasileiros ainda conservam a respeito desta questão, acaba por reforçar o preconceito reacionário de que existiria uma incompatibilidade insanável entre marxismo e democracia. E não são raros, também, os que assumem proposição corolária, segundo a qual, o movimento comunista sendo intrinsecamente democrático, não pode ter problema algum em sua relação com a democracia.

Quando se examina a evolução do pensamento político das organizações de esquerda, percebe-se facilmente um predominante desprezo por essa incensurável conquista da humanidade. Uma mal digerida consulta à obras de Marx e Lênin, a incrível inércia do espectro stalinista e quase cinco séculos de autoritarismo, explicam, em grande medida, a indiferença de muitos militantes pelos aspectos "formais" da democracia burguesa. Esquecem-se naturalmente que há momentos nos quais a forma pode desempenhar um papel decisivo.

A superação dessa vicissitude histórica do movimento comunista não se realizará, é claro, em curto espaço de tempo, pois não há decantadores automáticos para as idéias sociais. Os dois artigos que seguem indicam que o processo se inicia, embora de maneira incipiente. A divergência que encerram não deve ofuscar seu sentido comum de ruptura do anátema que ainda escraviza o cérebro de muitos sinceros defensores dos explorados e oprimidos.

O TRANSFORMISMO DEMOCRÁTICO

P. ROZEMIRO

A estratégia "eurocomunista" de realizar o socialismo dentro (ou a partir) do próprio regime democrático-constitucional burguês, (como se a democracia pudesse evoluir, como pensavam os biólogos acerca das unidades vivas, das formas inferiores da democracia burguesa até as formas superiores da democracia socialista, por um processo lento e gradual, a través dos tempos), é muito própria dos comunistas europeus. A gênese histórica desta proposição deve ser buscada num fato particularmente penoso para os povos, e em especial para os comunistas europeus, que foi a fascistação da Europa. É dentro deste espírito que até hoje o Partido Comunista Italiano, e alguns outros partidos comunistas da Europa

Ocidental, defendem consignas e teses que guiaram o movimento social na luta contra o fascismo, num momento historicamente particular, onde era vital unir todas as forças democráticas na luta contra esse inimigo. É ainda neste contexto que se pode compreender as formulações de Togliatti a respeito da "democracia progressiva", e também as formulações de Gramsci sobre o partido laico, sobretudo acerca da necessidade do PCI não abandonar as massas católicas. Tanto as propostas que desembocavam na "democracia progressiva" de Palmiro Togliatti, quanto a política de aliança com as forças católicas de Antônio Gramsci são defendidas ainda hoje por Enrico Berlinguer e reunidas na estratégia do "Compromisso Histórico", num contexto historicamente distinto daquele no qual estas teses se originaram.

Exercitadas em situações particulares vividas pela Itália e por outras nações européias, essas experiências se, num sentido, são incorporadas ao patrimônio revolucionário teórico-prático destes povos e de todos os povos do mundo (e nisto reside a sua universalidade), por outro, representam as soluções particulares encontradas pelas forças sociais progressistas e revolucionárias destes países, no sentido da superação de uma determinada e precisa situação que punha em causa, de forma terrorista, todas as conquistas democráticas.

Portanto, a universalidade do conteúdo dessas experiências reside, contraditoriamente, na particularidade de suas formas. Na criatividade demonstrada pelos povos europeus para enfrentar uma realidade concreta que esmagava suas forças. É essa a maior lição que as forças sociais progressistas e revolucionárias de nosso país devem absorver das experiências européias. E não tentar um modelo reflexo, característico do materialismo mecânico e apolítico do século XVIII, como faz Carlos Nelson Coutinho em seu artigo "A Democracia como Valor Universal", publicado na revista Encontros com a Civilização Brasileira, nº 9.

Aí se afirma que devemos "...acentuar - na presente conjuntura - aquilo que une todos os opositoristas, ou seja, a luta pela conquista de um regime de liberdades político-formais que ponha definitivamente termo ao regime de exceção que, (...) ainda domina em nosso país". Mas será este o denominador comum dos opositoristas brasileiros? Pode-se pensar que eles se unirão na luta pelo fim do regime militar e do seu pressuposto social, a dominação do capital monopolista sobre a economia, a sociedade, e o Estado brasileiros.

A luta pela conquista de um "regime de liberdades político formais", do ponto de vista da dinâmica gerada pela relação de forças atual da luta de classes no Brasil, significa, na melhor das hipóteses, colocar o movimento operário a reboque da burguesia democrática na luta pela ruptura com o regime ditatorial monopolista, significa não passar de uma postura liberal na luta pela democracia. A luta pela democracia não é de mesma natureza que a luta por um regime de liberdades político formais. Elas encerram conteúdos distintos. No Brasil atual, aquela compreende

uma ruptura com o poder monopolista hegemônico, a quebra dessa hegemonia no plano da economia e da política, e a sua superação pela via de um governo representativo dos interesses populares. A correlação de forças dentro deste governo, e principalmente fora dele, - a luta de massa - é o fator objetivo que determinará o curso concreto de todo o processo.

Um regime de liberdades político-formais estável representa exatamente a saída elitista, significa exatamente a superação por parte da burguesia monopolista de todos, ou quase todos, os elementos que deram origem à crise da hegemonia burguesa sobre a sociedade brasileira, e ao golpe militar de 1964.

A burguesia, mesmo nas sociedades mais "democráticas", exerce sempre a sua hegemonia à força de um braço armado, à conta do sangue dos opositores. A França, a Itália, etc, são exemplos de sociedades onde o exercício dessa violência de Estado se dá na defesa da "democracia". Por outro lado, Portugal e Espanha ilustram muito a formação dos regimes de "liberdades político-formais" onde a iniciativa política das massas foi abatida, em que pese a "democracia" vigir.

Estes exemplos demonstram que tanto o momento quanto os limites que acompanham a ruptura são determinados por um fator objetivo: a relação de forças entre as classes. Nos casos de Espanha e Portugal, favorecia a burguesia, e ela pode impor as modificações necessárias à perpetuação de sua hegemonia, "de forma menos despótica".

Há que ver e saber que existem democracias e democracias. Em março de 1919, Lênin, numa comunicação ao Iº Congresso da Internacional Comunista, fazia a seguinte afirmação acerca da relação entre democracia burguesa e ditadura do proletariado: "Seria perfeitamente absurdo pensar que a revolução mais profunda que se operou na história da humanidade - a passagem do poder, pela primeira vez no mundo, das mãos da minoria dos exploradores para as da maioria dos explorados - possa efetuar-se nos velhos moldes da antiga democracia, a democracia burguesa, parlamentar; possa efetuar-se sem mudanças mais radicais, sem a criação de novas formas de democracia, de novas instituições que materializem as novas condições de vida, etc".

Carlos Nelson Coutinho escreve: "...o povo brasileiro está hoje colocado diante de uma tarefa democrática urgente e prioritária: a de derrotar o regime de exceção implantado em nosso país depois do golpe de 64 e, com isso, contruir um regime político que assegure as liberdades fundamentais". Esse regime que possa assegurar as "liberdades fundamentais" - entendendo estas liberdades como sendo o conjunto de tarefas democráticas que cabe ao proletariado conquistar - não pode ser outro senão o regime implantado pelo governo que se sucederá à ditadura, sendo este regime, enquanto produto da queda do regime ditatorial, um regime cuja característica fundamental será a transitoriedade. Isto supondo-se que a queda da ditadura signifique também a destruição dos monopólios. Ima

ginar um regime que "assegure as liberdades fundamentais", indefinidamente, este só poderá ser um regime de conservação, que "supera" sua aparência exterior - assim como a serpente muda sua casca - para perpetuar-se enquanto regime de conservação na sua forma liberal-burguesa.

Na introdução de seu artigo, o autor coloca o problema do vínculo entre socialismo e democracia. Partindo-se deste pressuposto, apresenta-se também uma diversidade entre socialismo e democracia. Do ponto de vista do materialismo histórico, o regime de ditadura do proletariado contém, na sua própria essência, a democracia, que se vincula às formas de exercício do poder. Ele coincide exatamente com as formas superiores e últimas do exercício "democrático" - no sentido histórico e não literal da palavra - do poder político, sendo exatamente a expressão da Vontade Política que emana da maioria. A ditadura do proletariado, isto é, a democracia proletária, encerra consigo a era das democracias de classe, abrindo o caminho para a democracia plena, o socialismo e o comunismo.

É exatamente este valor "universal", pleno, da democracia que o socialismo busca realizar, coisa que a burguesia não realizou e jamais será capaz de realizar. Ela a mantém necessariamente inscrita nos seus limites de classe, moldando-a com o cimento de seus interesses egoístas e mesquinhos.

Reformismo

"Para o conjunto das forças populares, coloca-se assim uma tarefa de amplo alcance: a luta para inverter essa tendência elitista ou "prussiana" da política brasileira, e para eliminar suas consequências nas várias esferas do ser social brasileiro". Nesse trecho reside com grande intensidade o ponto de vista reformista de C.N.Coutinho. A tarefa que se coloca hoje para o conjunto das forças populares brasileiras não pode ser simplesmente a luta para inverter a "tendência elitista e prussiana" da vida política nacional. A questão, para as classes trabalhadoras, não se coloca, no processo real, a nível simplesmente de uma inversão mas sim da supressão definitiva disto que não representa simplesmente uma tendência da política brasileira, mas que é a forma determinada pela qual a burguesia se organizou historicamente no Brasil. Sua supressão que significa ruptura revolucionária com o mundo burguês nacional, com a velha organização da vida política e econômica brasileira e com todos os seus estímulos na esfera do ser social.

Evidentemente que no decorrer desta superação, isto é, da revolução, a democracia, enquanto pré-condição para as massas proletárias conquistarem e exercerem a sua hegemonia política, aparece como uma questão política fundamental a ser resolvida pelas forças populares. Mas, desta vez, de forma diferente. Esta democracia já se configurará num Estado. Um Estado através do qual o proletariado e todo o povo brasileiro exercerá sua ditadura democrática contra a minoria exploradora. São sob es-

ta forma a democracia deixa de ser um objeto abstrato-formal, sem expressão na realidade, definida por fórmulas preciosas como "valor universal", para encerrar um conteúdo concreto, portanto realizável. A democracia aparece, como sempre apareceu, configurada nas formas do Estado.

A conclusão derivada destas considerações é a de que apresentar a "renovação democrática" como a alternativa histórica à "via prussiana" é tomar a parte pelo todo, o símbolo pela coisa simbolizada. É realizar, na política, a figura da gramática denominada metonímia. A "renovação democrática" da vida social e política brasileira só pode ser realizada radicalmente, no âmbito próprio de um regime socialista.

Assim como em outros países, no Brasil também será necessário ir até o socialismo para que a democracia possa se realizar de forma plena. É preciso ir adiante para resgatar o tempo perdido. Neste sentido, a alternativa histórica à "via prussiana" só pode ser a realização do socialismo em nosso país. Fora disso não há salvação.

Propor uma profunda "renovação democrática" da sociedade brasileira sem ir até o socialismo, sem romper definitivamente com o domínio de classe e com a hegemonia burguesa é decididamente desviar a atenção das massas daquilo que liberta - o socialismo - para aquilo que escraviza - a "democracia".

O PCB E A DEMOCRACIA

R. BATISTA

Graças ao artigo de Carlos Nelson Coutinho, "A Democracia como Valor Universal" (Encontros com a Civilização Brasileira, nº 9), mas também a outros textos a que a clandestinidade tirou a repercussão ampla - como por exemplo, o artigo de Fernando Andrade, "A Democracia Revolucionária", Debate nº 24 - são numerosos os marxistas brasileiros que recuperam essa verdade: de que a democracia interessa sempre, como objetivo histórico, para a classe operária. Cada vez fica mais claro que não interessa a ela apenas a democracia do ponto de vista do conteúdo igualitário (só realizável com a destruição da propriedade burguesa), mas também as formas de liberdade democrática conquistadas pela classe operária em países capitalistas. Sim, pois fica cada vez mais evidente o engodo da expressão "democracia burguesa". Ela encobre o fato de que a burguesia foi no máximo liberal, e que as liberdades como o sufrágio universal, e o direito à livre organização partidária e sindical, foram conquistas arrancadas no sangue e na luta dos trabalhadores, desde o início do século XIX.

Assim, é um progresso o reconhecimento de que a luta pelas formas democráticas possibilita ao proletariado ampliar seu espaço de luta pelos

conteúdos reais da democracia, como objetivo histórico do socialismo. E se torna também fundamental rever a história e o presente da atuação dos comunistas à luz dessa perspectiva. É o que procura fazer Leandro Konder no seu livro A Democracia e os Comunistas no Brasil (Ed. Graal).

Ele tem um ponto de partida correto para a sua análise da história do PCB, ao situá-la no quadro da luta pela democracia, em um país cujas classes dominantes sempre tiveram uma ideologia particularmente elitista e anti-democrática. Mas é muito superficial ao apresentar, também como pontos de partida, a noção da "fraqueza" da sociedade civil brasileira e nossa "via prussiana" de desenvolvimento capitalista.

Quanto à fraqueza da sociedade civil, é inegável a sua existência; mas L. Konder não podia se limitar a tocar nisso da maneira ligeira como faz com algumas citações literárias, apresentando o fenômeno como se fosse "congenito" da nossa formação. Se observasse melhor nossa história, perceberia que as entidades civis burguesas nem sempre foram tão "frágeis" na articulação de seus interesses; e que, se a burguesia industrial não conseguiu engendrar um projeto político próprio, conseguiu se organizar efetivamente para o cotidiano da luta de classes contra o proletariado. Não é à toa que entidades civis, como o Centro das Indústrias Têxteis de São Paulo, entre muitos exemplos, tivessem uma estrita organização de controle e repressão dos elementos "indesejáveis" dos trabalhadores, e isso na década de 1920, antes do Estado assumir o controle corporativo-repressivo da classe operária. Entender a absoluta supremacia do Estado é fundamental. Mas o que interessa mesmo é estabelecer quais foram os vínculos entre a ação política da classe operária e essa presença dominante do Estado.

Konder é extremamente duro na crítica ao PCB dos primeiros tempos, da década de 20 ao início dos anos 30. Ataca principalmente a sua incapacidade de fazer alianças (o que é correto), e a sua preocupação em ter uma "nitidez classista", incorporando "concepções políticas aparentadas com as do já superado anarco-sindicalismo". Pois é justamente porque o anarco-sindicalismo não estava superado na prática concreta do movimento operário brasileiro até a metade da década de 30, e porque havia democracia interna no PCB, que surgiram as posições "obreiristas". Explicando melhor: é preciso acabar de uma vez por todas com o mito de que a simples fundação do PCB significou a superação prática do anarco-sindicalismo. Os historiadores brasileiros, principalmente os marxistas, precisam deixar de confundir o refluxo do movimento operário do início dos anos vinte, com o desaparecimento da liderança anarco-sindicalista, que, na verdade, perdurou em muitos sindicatos. O interlocutor e adversário principal dos comunistas (de tradição e formação anarquista, aliás), no combate ideológico, eram justamente os libertários presentes na luta cotidiana. E como o debate interno ao PCB no início era realmente livre, tornava-se inevitável que a interação com os anarco-sindicalistas levasse para dentro desse partido as posições "classistas" e um tanto desconfiadas das alianças políticas com outras classes. Quando

qualifica as análises do PCB sobre a realidade brasileira de "doutrinárias", o autor tem, em parte, razão. Mas deveria levar em conta que a análise de nossa sociedade feita pelo PCB, por volta de 1930, era a melhor disponível. Dentro de nossa indigência teórica, ela chegava muito mais perto da realidade que as análises cansativamente discursivas e vazias dos liberais, por um lado, e as análises racistas e autoritárias do tipo das de Oliveira Viana, por outro. E isso, tendo em conta que o material teórico à disposição do PCB, que chegava da Internacional, era de uma pobreza total. A direção do Komintern confundia o Brasil com a China, e entendia tanto de América Latina quanto a atual "imprensa alternativa" (para não falar da outra) entende de Afeganistão.

É muito boa a caracterização do PCB como "golpista" em 1935. Mas deve-se lembrar que esse golpismo se deveu principalmente à entrada da corrente "prestista" na direção do partido, e à redução de sua democracia interna, com o afastamento do Comitê Central de diversos membros que se opunham a Prestes.

Na situação histórica de ditadura e violenta perseguição do Estado Novo, era natural que a rígida clandestinidade favorecesse as tendências contrárias à democracia interna, como o grupo da CNOP que, na Conferência da Mantiqueira, em 1943, tomou a direção do partido.

Desestalinização e VIº Congresso

Uma das partes mais felizes do livro de Konder se refere ao período da desestalinização, em que ele aponta o trauma sofrido pela maioria dos militantes comunistas diante da divulgação do relatório secreto de Krushev sobre os crimes de Stalin. Ficam muito claras as deformações que o stalinismo incutiu em revolucionários sinceros, muitos dos quais não resistiram e abandonaram o partido. Outros conseguiram dar a volta por cima e avançar em direção a um programa de teor mais democrático, que tomaria corpo no Vº Congresso.

É muito importante também a colocação sobre as origens do atual "PCdB", já que muitos de seus militantes, e não só, ignoram as origens dessa organização: efetivamente, o móvel essencial da dissidência do grupo de Amazonas foi a defesa do stalinismo, e nada mais de essencial. Isto explica, em grande medida, porque até hoje, em pleno 1980, os membros do PCdB continuam imersos nas trevas da obediência a "centros dirigentes da revolução mundial". Hoje, a Albânia...

Entretanto, se o programa do Vº Congresso, e depois do VIº, têm uma maior atualidade na defesa da democracia, não se pode esquecer alguns aspectos da prática neles embutida: a questão das alianças propostas com setores "progressistas, nacionalistas e democráticos" da burguesia. Numa análise histórica, Konder não podia silenciar a crítica das ilusões que tiveram os comunistas do PCB, no início dos anos sessenta, sobre a força do setor "democrático" da burguesia, cuja maioria não vaci

lou em se unir à direita num golpe, desferido em 1964, justamente contra o avanço do movimento popular. E quanto ao VIº Congresso, o autor não deixa de fazer uma clara mistificação: "Foi exatamente o avanço da democracia interna que permitiu que a opinião da maioria dos militantes prevalecesse na decisão do Congresso e neutralizasse a pressão do "esquerdismo"...". Céus! Se o próprio Informe de Balanço do CC anterior ao Congresso diz claramente que na preparação do dito cujo, a Comissão Executiva do CC destituiu os Comitês Estaduais de São Paulo e do Rio, bem como o Comitê Metropolitano de Brasília, e expulsou do Comitê Central nada mais nada menos do que Carlos Marighela, Jover Telles, Joaquim Câmara Ferreira, Mário Alves, Jacob Gorender, Miguel Batista e Apolônio de Carvalho! Com essa "preparação" o Congresso tinha que ser mesmo democrático...

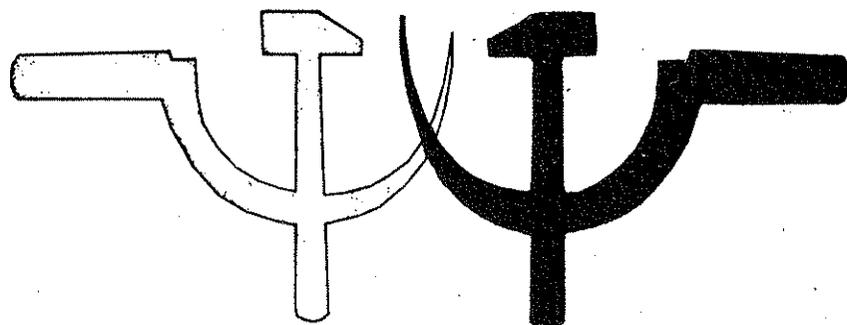
O PCB e as Entidades de Massa

Na retomada do caráter democrático do movimento comunista, é fundamental discutir a questão da "autonomia" das entidades de massa frente aos partidos. O artigo "Autonomia ou Panacéia?", publicado em Debate-35, a que remeto o leitor, deixa bem clara essa questão, reafirmando a necessidade dos comunistas não tentarem impor sua linha nos sindicatos, fazendo deles "correias de transmissão", e de que eles devem submeter-se às decisões da maioria, lutando politicamente pela hegemonia nas entidades de massa.

Em 1945, o PCB lutou incansavelmente pela democracia, chegando a assumir-se como o partido "da lei e da ordem democrática". Entretanto, mercê das alianças políticas com Getúlio, o partido traçou para uma classe operária que já vivia três anos sem aumento de salário mínimo, e que entrevia na abertura democrática do fim da IIa Guerra a possibilidade de lutar por melhores condições de vida, a política de "apertar os cintos" e não fazer greves. Pior ainda, exigiu de seus militantes de base que cumprissem essa diretriz, mesmo que se incompatibilizassem com as categorias em movimento. Felizmente, os próprios militantes de base pu seram essa linha por água abaixo.

No período seguinte, de 1948 a 1952, o PCB partiu para uma linha ultra-esquerdista, pregando a luta armada de "libertação nacional". Ignorando mais ainda a prática democrática, criou sindicatos "paralelos" e impôs a seus militantes operários a realização de greves "no gancho" ou "no apito", decididas de fora para dentro das fábricas, expondo as bases à cruel repressão do governo Dutra.

Na discussão atual, é muito importante fazer a autocrítica histórica desses procedimentos, mesmo porque eles podem ser repetidos se os comunistas substituírem a luta democrática nos sindicatos por conchavos de cúpula ou simples manobras. Não há dúvida que o PCB tem uma história de luta pela democracia. Mas é decisivo revê-la. A contribuição de Konder, embora tímida, é um passo importante nesse sentido.



**PELA UNIÃO
DOS
COMUNISTAS
BRASILEIROS**



documentos

LISBOA 1975

PEDIDOS À "DISTRIBUIDORA SÉCULO XXI"
RUA SANTO AMARO, 582#586
01315 - SÃO PAULO, SP

ÍNDICE

	Pag.
APRESENTAÇÃO	3
EDITORIAL	
PREMISSAS DA CONSTITUINTE.	4
NENO MATOS	
O TERROR, ONTEM E HOJE	6
ABEL SILVA	
A COMISSÃO DA VOLKS.	10
MARCOS REIS	
PELA CENTRAL ÚNICA	13
MARIA RIBEIRO	
NATALIDADE PLANEJADA	17
PEDRO ALVES	
CRISTÃOS E MARXISTAS	21
FERNANDO ANDRADE	
O ANTI-SOVIETISMO.	26
"O VALOR DA DEMOCRACIA"	
PAULO ROZEMIRO	
TRANSFORMISMO DEMOCRÁTICO.	30
ROMÃO BATISTA	
O PCB E A DEMOCRACIA	34

Correspondência:

EDITORA GRAFFITI / CADERNOS DEBATE

CAIXA POSTAL 58111

SAO PAULO , SP

CEP 01000